

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA PELAS ÁGUAS

Antonio Carlos Maia Figueiredo¹

Resumo - Para o próximo século, a grande esperança, do ponto de vista do cidadão em relação à situação dos recursos hídricos, é o exercício da cidadania e a gestão compartilhada do meio ambiente.

O surgimento, em 1996, do Movimento de Cidadania pelas Águas no cenário ambiental brasileiro deu um impulso para que as informações sobre a situação das águas e os possíveis modelos de gestão, rompesse os círculos oficiais e técnicos, atingindo cidadãos indignados com a quantidade, qualidade, disponibilidade, enfim interessados na proteção e no futuro das águas.

O ano seguinte, 1997, foi um período de grande avanço, principalmente em Minas Gerais, no que diz respeito a Cidadania e as Águas. A Mobilização Social pelas Águas, projeto realizado pelo Instituto Cidade em parceria com a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos/SRH e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/IICA, tem gerado informações e referências metodológicas de mobilização social capazes de serem reeditadas em qualquer região do Brasil. Experiências, em nível local, novas maneiras de cuidar das águas e circulação de informações, participam cada vez mais da pauta e da agenda de muitos cidadãos mineiros, como também adquirem crescente presença nos meios de comunicação.

Partindo do paradigma “ pensar globalmente e agir localmente” , os consultores e mobilizadores sociais do Centro de Referência de Belo Horizonte, percorreram, em 4 meses, parte considerável do interior mineiro, em torno de 270 municípios. Com a perspectiva de horizontalizar as atividades e disponibilizar a mensagem de cidadania pelas águas para uma mobilização social, foi possível articular e realizar 12 Encontros Microrregionais de Cidadãos. Em seguida, com o objetivo de aprofundar as referências metodológicas, alguns municípios foram destacados e passaram a receber assessoria local desses mesmos consultores, visando a elaboração de um rol de intenções para ações de proteção e revitalização das águas. Na seqüência deste trabalho, será apresentado breves referências metodológicas e práticas sobre as atividades do Projeto em Minas Gerais, além leves incursões nos princípios e conceitos da mobilização social, abordando o processo desenvolvido na cidade de Piedade dos Gerais.

1 - DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Na sua trajetória, o movimento ecológico brasileiro rodou tanto para chegar a conclusão que o significado do exercício da cidadania é a chave para a equacionar a complexa relação entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Bernardo Toro e Nísia Werneck, com simplicidade respondem porque um movimento de cidadania pelas águas? “Primeiro, por respeito a vida; segundo, porque a água está tornando cada vez mais rara; terceiro, porque apesar de tudo que já caminhamos neste sentido ainda há muito o que fazer.”¹ Num trabalho de rara qualidade, Augusto Franco anota que “está surgindo no Brasil, nos últimos anos, um novo estado de “fermentação social” constituído por inúmeras iniciativas descentralizadas que buscam atender, quase sempre de modo emergencial, carecimentos sociais básicos de setores de nossa população marginalizados da cidadania.”² Mais ainda, para a consolidação do exercício pleno da cidadania, antes de tudo, nós, cidadãos brasileiros, necessitamos de uma mudança de paradigma em relação ao meio ambiente e um novo condicionamento de atitudes individuais e coletivas. Acreditamos que é através da mobilização social o jeito mais adequado e factível de obter resultados e sair do marasmo da “consciência ecológica” para o movimento das ações transformadoras. O ex-secretário nacional de recursos hídricos Paulo Romano, precursor da idéia de descentralização da gestão dos recursos hídricos, idealizador e articulador do Movimento de Cidadania pelas Águas, explica como é proposto estas iniciativas: “A Secretaria de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, articulou o Movimento de Cidadania pelas Águas, que foi lançado pelo presidente da República no Dia Mundial da Água, 22 de março. O movimento não é um programa para monitorar qualidade ou quantidade de água, que aliás está sendo montado. É um esforço de mobilização social envolvendo usuários e cidadãos a partir da sua vivência pessoal. E, apesar de sua concepção ter sido iniciativa de um órgão público, tem caráter autônomo, não está subordinado a instituições, partidos ou líderes. Acima de tudo, configura um movimento de iniciativa, pois propõe que cada cidadão parta efetivamente para a ação.”³

A água não é o elemento mais importante do meio ambiente, porém é o mais sensível. A res-

¹ Consultor do Centro de Referência de Belo Horizonte do Movimento de Cidadania pelas Águas, Diretor Executivo do Instituto Cidade, rua Rio Grande do Sul 1040 loja 10, Santo Agostinho, 30170-111, Telefax (031) 335 6643; E-mail: incidade@africanet.com.br - Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

responsabilidade do poder público em garantir a sua disponibilidade é colocada em dúvida em face da situação que se encontra a maioria das nascentes e corpos d'água no país. Esta constatação está mudando a abordagem que os cidadãos interessados na qualidade de vida, inclusive os que estão, temporariamente, no governo, apresentam para os próximos anos. As grandes conferências mundiais de meio ambiente os constantes alertas emitidos pelos organismos internacionais, além de estudos, pesquisas e pronunciamentos efetuados por especialistas em todo mundo, comprovam a gravidade e a oportunidade dos cidadãos de todo mundo colocar na prática recursos e vontade para desviar o planeta da rota da autodestruição para o desenvolvimento sustentado.

Em compasso com as novas posturas de ordenamento institucional em relação a gestão do meio ambiente, o Brasil avançou no aspecto jurídico, normativo e legal, ao formular e apresentar a sociedade a Política Nacional de Recursos Hídricos, através da instituição da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Nesse contexto, Minas Gerais, já buscava mudanças ao promulgar, em 1995, o decreto-lei n.º 37.191, dispondo sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Verticalizando mais esse processo, em nível regional, prefeituras mineiras buscam adequações locais a essas normas, instituindo órgãos voltados para as questões ambientais, como secretarias de meio ambiente e os CODEMAS, além de ações para a melhoria das águas em suas regiões.

Porque então, diante de tanta consciência da importância das águas e do meio ambiente como um todo, cada vez mais percebemos o aumento da degradação ambiental e da indignação dos cidadãos brasileiros? Várias respostas podem ser reveladas, porém só trazem mais constatações óbvias e teóricas, em consequência resultam em poucas ações. Melhor então, é buscar respostas em um novo paradigma, que ao mesmo tempo signifique uma tomada de posição e seja realimentador para ações que demonstre mudanças de comportamento em nível individual, coletivo e institucional.

Portanto, temos a convicção que um novo jeito de abordar estas questões, é percebendo a importância da participação do cidadão, aquele que está perto das águas, nas ações propostas pelo conjunto de gestores dos recursos hídricos. Mas não podemos pensar no modelo ultrapassado da "participação popular", da representatividade, do corporativismo e de interesses eleitoreiros, mas sim na co-gestão, o cidadão articulando e participando na construção da sustentabilidade para as águas. Esta intenção adquire uma enorme importância quando sabemos que os administradores dos recursos hídricos tem que, por força da lei, articular Audiências Públicas para a formação de Comitês de Bacias e suas secretarias executivas, no caso as Agências de Bacias. Nesse contexto o Movimento de Cidadania pelas Águas disponibiliza por todo o território brasileiro, a mensagem da impossibilidade do governo sozinho administrar os recursos hídricos. Além disso, é objetivo central do Movimento, propor aos cidadãos, através da mobilização social, a realização de ações locais, pequenas que sejam, como sinalização ao governo e a toda a sociedade da preocupação com o tratamento reservado às águas e ao meio ambiente.

2 - O MOVIMENTO DE CIDADANIA PELAS ÁGUAS NO BRASIL

"A questão da cidadania no contexto atual remete a considerações também globais, no que tange ao seu raio de ação"⁴ Nas últimas décadas, no Brasil, a intensa degradação ambiental provocou uma rápida reação no conjunto da sociedade, em três aspectos: a aprovação de um moderno e consistente código legal, na estruturação das organizações governamentais e não governamentais e na manifestação de ações de cidadania em defesa do meio ambiente. O Movimento de Cidadania pelas Águas visa dar visibilidade, apoio e assessoria a quem atua em defesa dos recursos hídricos. Ele é uma ação pública coletiva, incluindo cidadãos que estão dentro e fora do Governo. Organizado no Brasil por Centros de Referência localizados em capitais e cidades estratégicas, promovem atividades para fomentar ações para a gestão cidadã das águas. Para maiores informações sobre a rede de Centros de Referência em todo o país, contatar com Centro de Referência Nacional (Brasília), aos cuidados de Luiz Carlos Baeta Neves, SGAN Quadra 601 - lote 01 - (Edifício Sede da CODEVASF) - sala 435, 70830-901 Brasília - DF - Tel.: (061) 317-8201 e Fax: (061) 225-4760, e-mail: srh@mma.gov.br, <http://www.radiobras.gov.br/agua.html> .

2.1 - Movimento de Cidadania pelas Águas em Minas Gerais.

Minas Gerais é um estado que abriga milhares de nascentes que alimentam as principais bacias hidrográficas do Brasil. Nos mais de 800 municípios mineiros, milhares de fontes, córregos, riachos, rios e lagos estão em processo de degradação e existem inúmeros cidadãos, entidades e administradores em alerta, prontos para modificar esse quadro.

Abrçar a idéia do Movimento Cidadania pelas Águas, participar proativamente de seus objetivos e colaborar para construção de uma rede de cidadãos voltados para ações de proteção e manejo ade-

quando dos recursos hídricos, é a vontade dos cidadãos que articulam o Movimento em Minas Gerais. Mobilização Social pelas águas e pela cidadania é o escopo ético que guia esses desejos afetivos e políticos, é um ato de cidadania no limiar do próximo milênio. Construir um novo modelo de gestão participativa dos recursos naturais, atento para as interfaces ecológicas/urbanas -- esgotamento sanitário, lixo, chuvas, alagamentos, desabamentos, reflorestamento, desperdício, etc. -- é despertar nas pessoas a reação contra o desconforto, a impotência e a indignação, acionando a ligação lúdica entre o indivíduo e as águas e o aprimoramento do reconhecimento de seu poder neste processo.

3 - MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELAS ÁGUAS EM MINAS GERAIS

3.1 - Pressupostos básicos para um modelo de gestão cidadã das águas

Um modelo de gestão das águas desejado deve levar em consideração que a água é um bem público, o que é diferente de ser estatal, por um lado, ou mero fator de produção para uso privado, por outro; e é um bem simbólico, cultural, histórico e natural, inevitavelmente compartilhado por inúmeras pessoas em diversas comunidades. A utilização da água deve, portanto, transcender aspectos apenas econômicos; o governo não tem condições objetivas de gerenciar as águas de um país como o Brasil e não pode ter a pretensão de controlar a diversidade de aspectos que envolvem a gestão das águas. O governo deve sim, reconhecer e estimular a capacidade e a competência da cidadania diretamente envolvida com as águas para participação efetiva e eficiente em sua gestão. A cidadania deve buscar esta participação, estabelecendo níveis mínimos de organização e buscando o envolvimento de muito mais pessoas com as águas; a cidadania deve reconhecer a importância que o atual governo confere a sua participação na gestão das águas; a cidadania e o governo devem promover um modelo de gestão das águas que independa da postura desta ou daquela administração; a cidadania e o governo devem utilizar o conceito de confiabilidade creditícia global como instrumento de desenvolvimento de atividades que promovam o estabelecimento de uma nova gestão cidadã das águas.

3.1.1 - Um projeto de comunicação.

Iniciado em 1997, o Projeto de Mobilização Social pelas Águas, vem a ser uma experiência com o objetivo de gerar referências metodológicas, conceituais e operacionais que sirva de modelo para ser reeditado em qualquer parte.

“Se fomos capazes de fazer a coisa ruim somos, da mesma forma, capazes de fazer a boa, a melhor”. Assim Demóstenes Romano, coordenador do Movimento em Minas, a partir da experiência de sucesso do Pacto de Minas pela Educação, deslumbrou o imaginário de cidadania pelas águas.⁵ O trabalho objetiva mobilizar cidadãos, entidades, administradores e todo aquele que se sente motivado para a proteção e recuperação da quantidade e qualidade das águas. É uma tarefa que, a cada dia, mais cidadãos reconhecem, no Movimento de Cidadania pelas Águas, uma ação legítima e transformadora.

Para percorrer o território mineiro, em um curto espaço de tempo, foi realizada *Operações de Mobilização Regional*, tendo como meta a divulgação e a circulação dos métodos e conceitos da Mobilização Social e informações sobre a gestão dos recursos hídricos no maior número possível de municípios.

3.2 - Operação em quatro eixos integrados e simultâneos.

A organização da operação de mobilização regional pelas águas efetuou o planejamento espacial do território mineiro utilizando as bacias hidrográficas e em seu interior a estruturação microrregional por Associações de Municípios. O primeiro eixo para a promoção da mobilização social, foram atividades de criação, elaboração e produção de material de divulgação e comunicação, juntamente com a Coordenação Nacional do Movimento de Cidadania pelas Águas, em Brasília. Em seguida foi realizada a identificação de reeditores em nível regional e local; em conjunto com os parceiros institucionais. Este processo promoveu o mapeamento de organismos e entidades que possuem representação em grande parte dos municípios mineiros. Após estas etapas e após receberem material de comunicação, equipes de três mobilizadores, denominado de Pé na Estrada, iniciaram as atividades em campo, efetuando o levantamento de questões ambientais regionais e locais, para alimentar a atividade de comunicação. Em seguida, executaram atividades de produção, organização, divulgação (em nível regional) dos encontros de cidadania pelas águas, além de participarem das exposições de grupos de trabalho, atuando como dinamizadores durante os eventos. O Encontro Microrregional das Águas pela Cidadania é o ápice desse processo, acontecendo pelo menos um encontro dos cidadãos, instituições, ONGs e administradores em cada microrregião. A correta identificação de reeditores resulta em participação elevada e interessada de representantes dos municípios, alguns dos quais já saem do encontro levando a frente, em

seus campos de atuação, a ação mobilizadora. A estrutura básica dos encontros foi adaptada aos horizontes e situações específicas de mobilização em cada região, e compõe-se basicamente de dois momentos: uma exposição de experiências, conteúdo e metodologia pelos consultores do Movimento de Cidadania pelas Águas e dinâmica de grupo, com cidadãos da região em conjunto com os consultores, para depurar os conceitos e referenciais metodológicos, em direção à reedição do movimento no âmbito local.

3.3 - Resultados alcançados na Mobilização Social pelas Águas

Minas Gerais hoje conta com uma rede de cidadãos em centenas de cidades que, após terem tido contato com o Movimento de Cidadania pelas Águas, abordam a questão das águas de um novo jeito. Diariamente, cidadãos mineiros solicitam informações e material de divulgação ao Centro de Referência e demandam consultoria sobre gestão das águas.

3.3.1. Produtos da Mobilização.

A formação de reeditores e a consolidação de uma *Rede de Cidadãos Motivados pelas águas*, no maior número de municípios de Minas Gerais, ainda é o principal objetivo da Mobilização Social em Minas. Reportando às referenciais metodológicas, vemos que num movimento de cidadania, não se constrói uma rede de cidadãos, mas objetivamente se conecta cidadãos, onde quer que eles estejam, e se repassa a identificação de outras pessoas e de suas ações. Este conceito de rede é muito sutil e difícil de se aferir, já que é a própria essência da mobilização e da cidadania. É preciso uma espécie de confiança e autonomia das pessoas, pois não é prioritário registrar, cadastrar e catalogar ações e pessoas, importa sim a conexão feita e a possibilidade de contato e troca de informações na medida que as interfaces se encontram e se completam. Esta é uma rede espontânea, formada pelos cidadãos que realizam ações em prol da qualidade de vida, da vitalidade do meio ambiente, do respeito as águas e da participação em cidadania. A outra, visa pontualmente uma meta técnica para a mobilização, ou seja, ter de 5 a 10 cidadãos no maior número de municípios possíveis em Minas Gerais, rede induzida, ou seja, todo o esforço do movimento e da mobilização, tende a “destamponar” aqueles cidadãos que guardam dentro de si, sentimentos voltados para uma ação, mas por comportamento, dependência cultural e coerência histórica, mantém uma atitude passiva frente aos desafios de exercício de cidadania, estando, no entanto, com suas possibilidades de mudança sujeitas a uma motivação, faltando apenas a oportunidade de relacionamento com experiências, exemplos e informações, que o Movimento tende a proporcionar através de sua mensagem.

Todo este trabalho, desenvolvido em 1997, gerou um banco de informações e conhecimentos metodológicos, um elenco de alternativas para a ação, que estão disponíveis à consultas e reprodução. Por se tratar de um referencial não apenas teórico, mas apoiado em um “Mailling” cidadão, um banco de idéias e ações surgidas da prática, seu poder de auto transformação e auto-evolução aponta para a reprodutibilidade e auto-sustentabilidade em qualquer outra região. Mais do que uma elaboração técnica, tudo que aprendemos, consultores e cidadãos, nesse processo, foi um exercício de cidadania e envolvimento com gestão. Assim, podemos afirmar que as etapas e fases vencidas, nos certificam que temos condições, na continuidade, de construir mais que um referencial metodológico produzido pela ação. Estamos aptos a compartilhar os pressupostos para a cidadania e a gestão compartilhada das águas, ou seja as condições e ações mobilizantes do sujeito: a tarefa de apreender com os próprios cidadãos a coletivização dos problemas e das soluções.

A consolidação desse processo ocorre com a instituição de um *sistema de comunicação auxiliando na coletivização das diversas atividades cidadãos pelas águas*. Para se compreender a implantação de sistemas de comunicação, é prioritário entender o objetivo da coletivização das atividades cidadãos pelas águas. Ou, melhor, para quem as informações produzidas devem fluir? De um lado, entendemos que o Movimento de Cidadania pelas Águas possui uma face institucional, ligada ao governo federal, portanto, as informações obtidas são direcionados à Coordenação Nacional do Movimento de Cidadania pelas Águas. Por outro lado, um processo de mobilização e cidadania cria autonomia de canais de comunicação e informação para circular notícias e trocas de experiências, como participações em eventos e projetos. Sempre é bom lembrar, que a Mobilização Social pelas Águas é realizada no interior do Estado, onde existe uma outra dinâmica, um jeito muito peculiar de tratar estas questões, muito diversa do que, nas cidades grandes, entendemos por comunicação e divulgação. Todos os cidadãos que vivem no interior e estão, quotidianamente em contato com as águas, têm a oportunidade de cuidar das nascentes, dos córregos, rios e lagoa.

4 - PIEDADE DOS GERAIS - MINAS GERAIS

4.1 - Compromisso e continuidade

Após a etapa descrita, surgiram demandas provenientes das cidades por onde a caravana da Mobilização Social pelas Águas passou. Dezenas de municípios se dirigiram ao Centro de Referência de Belo Horizonte, com solicitações para continuidade e aprofundamento da metodologia e dos conceitos de mobilização social para ações pelas águas. Piedade dos Gerais, município com pouco mais de 3.000 habitantes, situado a 89 km. de Belo Horizonte, é uma típica cidade do interior de Minas. Banhada pelo rio Macaúbas, importante afluente da Alta Bacia do Rio Paraopeba, foi um dos municípios destacados para o aprofundamento das referências metodológicas da mobilização social.

O primeiro movimento para a ação de mobilização em Piedade iniciou em julho de 1997, na primeira reunião dos consultores com os cidadãos locais. Na ocasião, o contato era a senha para que cidadãos de Piedade dos Gerais participassem do Encontro do Movimento de Cidadania pelas Águas na Associação Microrregional do Alto Paraopeba, realizada no dia 31 de julho de 1997, na cidade de Itaúna. A partir daí, o processo do despertar do desejo e da consciência de cidadania, alavanca para o patamar da necessidade de uma atitude de mudança, começou a fazer parte do dia-a-dia dos cidadãos de Piedade.

Nos quatro meses subsequentes⁶, mais 5 reuniões na cidade marcaram a continuidade da mobilização. Aos participantes foi disponibilizado material de divulgação e um conjunto de informações, dados, experiências e estatísticas transformados em informação pública compartilhada, na busca de agregar mais cidadãos à mobilização. Se realizado bem, o processo de mobilização social pela cidadania das águas, desemboca na transformação desse desejo e dessa consciência em disposição para a ação. Em seguida foi realizado, pelos cidadãos envolvidos, um diagnóstico participativo e proativo, para apontar as dificuldades, porém sinalizado com esperança e alternativas.

Piedade dos Gerais, passou então a trabalhar esta metodologia para atingir um estágio propício para ações: cuidar da cidade, das águas e das pessoas numa perspectiva participativa e com objetivo de colher resultados, ou seja, transformar a região num lugar bom e agradável de se viver.

O 1º Encontro de Mobilização Social para o Movimento de Cidadania pelas Águas, no dia 3 de outubro de 1997, reuniu no salão paroquial da cidade, mais 70 cidadãos. Lavradores, donas de casa, estudantes, funcionários públicos, entre outros, puderam sentir a oportunidade e a satisfação de se unirem pela cidadania. Assessorados pelos consultores do Movimento em Minas, os cidadãos presentes entenderam que era o momento para deflagrar um processo participativo na comunidade, no sentido deles mesmos formularem sua própria agenda e pauta de ações em prol das águas, do meio ambiente urbano e rural e da qualidade de vida para todos os habitantes.

Os primeiros temas trabalhados pelos cidadãos mobilizados mostrava-se relacionado à percepção dos processos do dia-a-dia. A questão lixo urbano e suas interfaces, surgiu como um vetor de identificação da melhoria da qualidade de vida na cidade. Também, do ponto de vista dos recursos hídricos, o manejo dos cursos d'água e das águas subterrâneas foi questionado.

Assim, o Movimento em Minas Gerais, juntamente com os cidadãos de Piedade dos Gerais, estão agindo localmente, disponibilizando informações e conhecimentos técnicos universais, o que vem a comprovar a aplicabilidade dos referenciais metodológicos. Experiências, projetos, colaboração de cientistas, técnicos e informações gerais decodificadas, quando possível, são levados à população. Novas técnicas e um novo jeito de ver, sentir e cuidar das águas, da cidade e das pessoas, além de formas e meios de atuação, numa visão cidadã, solidária e sustentada são agora temas presentes.

4.2 - Ações e resultados

Sábado, 22 de novembro de 1997. Apesar da chuva, dezenas de cidadãos do Movimento de Cidadania pelas Águas de Piedade dos Gerais se uniram para realizar um mutirão para limpeza das margens e do leito do Rio Macaúbas⁶. Com a colaboração de soldados do Corpo de Bombeiros, homens, mulheres e crianças passaram um dia retirando os entulhos e dejetos da calha do rio. Carcaças de animais, pneus velhos, plástico e outros materiais foram tirados e colocados num caminhão e mostrado, na cidade, para servir de exemplo à toda população. Uma semana depois, os mesmos cidadãos inauguraram o Centro de Referência de Piedade dos Gerais do Movimento de Cidadania pelas Águas. A cidade agora conta com um espaço para reuniões, biblioteca e referência para o desenvolvimento de ações autônomas em busca da melhoria da qualidade de vida.

Independente de se aferir a qualidade e quantidade das ações realizadas pelos moradores para a proteção das águas, ou mesmo um balanço do mutirão, para o Movimento de Cidadania pelas Águas, como também para os parceiros que viabilizaram o projeto, Secretaria de Recursos Hídricos e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, o simples fato da comprovação da aplicabilidade desse jeito de mobilização social, vem reforçar o suporte de organização de comunidades e entidades para

a gestão compartilhada dos recursos hídricos, como recomenda o novo código das águas.

Nos desdobramentos do Projeto de Mobilização Social, foi possível reproduzir esse método e estas referências num ambiente distinto, uma região altamente urbanizada de uma cidade grande. "A segunda etapa da Mobilização em Minas Gerais do Movimento da Cidadania pelas Águas adotou, paralelamente, uma experiência de mobilização que gerasse referências válidas para cidades grandes e áreas densamente povoadas. Para início escolhemos em Belo Horizonte a bacia da Pampulha - Ribeirão do Onça trabalhando simultaneamente a articulação dos vértices institucionais, a mobilização dos cidadãos e o registro das experiências de gestão. A micro bacia da Pampulha - Ribeirão do Onça faz parte da sub-bacia do Rio das Velhas, tributário do Rio São Francisco."⁷

A nossa esperança, em relação à gestão dos recursos hídricos, em síntese, é que cada vez mais a mensagem de cidadania pelas águas atravessasse transversalmente a questão da gestão, no conceito e na aplicabilidade, promovendo a efetiva participação de cidadãos com poder de interferir e transformar a realidade das águas brasileiras.

5 - REFERÊNCIAS

- ¹ JOSÉ BERNARDO TORO E NÍSIA DUARTE WERNECK. (1996). Mobilização Social: "um modo de construir a democracia e a participação". Secretaria de Recursos Hídricos - SRH, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior - Abeas, Unicef. Brasília.
- ² AUGUSTO FRANCO. (1995). Ação Local - A Nova Política da Contemporaneidade. Ágora Instituto de Política Fase. Brasília
- ³ PAULO AFONSO ROMANO. (1998). Recursos Hídricos: Uma Questão de Cidadania. Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília.
- ⁴ ANTONIO FLÁVIO TESTA. (1997). Cidadania em um contexto global: dilemas e desafios in Comunicação, Cultura, Cidadania e Mobilização Social. Universidade de Brasília. pag. 61/77 Brasília.
- ⁵ DEMÓSTENES ROMANO.(1996). Pacto de Minas pela Educação in Comunicação e Mobilização Social. Universidade de Brasília. pag. 86/88 Brasília.
- ⁶ ANTONIO CARLOS MAIA FIGUEIREDO. (1997) in Relatório do Projeto de Mobilização Social pelas Águas em Minas. Instituto Cidade. Belo Horizonte.
- ⁷ PAULO DIMAS DE MENEZES. (1997) in Relatório do Projeto de Mobilização Social pelas Águas em Minas. Instituto Cidade. Belo Horizonte.